

P. A. Lenguita, M. A. Santana, « As tradições revolucionárias do Pecebismo e do Peronismo durante as ditaduras do Brasil e da Argentina (1968/1970) », *Atlante. Revue d'études romanes*, 4, 2016, p. 82-100. ISSN 2426-394X

As tradições revolucionárias do Pecebismo e do Peronismo durante as ditaduras do Brasil e da Argentina (1968/1970)

Paula Andrea Lenguita, CONICET / UBA, Argentina

Marco Aurélio Santana, IFCS / UFRJ, Brasil

Introdução

Desde a obra *O Estado Burocrático-Autoritário*, de Guillermo O'Donnell (1982), aqueles que se interessam pelos estudos comparativos têm ferramentas para compreender o papel desempenhado pelas ditaduras do cone sul contra as lutas operárias e trabalhistas. Mais ainda, na entrada deste século, a explicação sobre os regimes repressivos volta a se complexificar com a obra comparada de Devoto e Fausto (2008). Para esses autores, as ditaduras no Brasil e na Argentina impuseram consequências distintas no desenvolvimento dos movimentos operários de cada um destes países. Nesse sentido, há algum tempo começamos a abordar comparativamente o período ditatorial para compreender as possíveis mudanças que cada experiência estabeleceu sobre as tradições operárias argentinas e brasileiras.

Neste artigo, avançamos na delimitação temporal dessas possíveis mudanças ocorridas no *pecebismo* e no *peronismo* ao analisarmos a influência da chamada *nova esquerda* sobre a radicalização das lutas operárias e sobre a constituição de oposições políticas contra as ditaduras, sobretudo na segunda metade dos anos 1960. Por conseguinte, fazemos uma avaliação comparativa da recomposição operária no começo das ditaduras do Cone Sul, focando nossa atenção no papel desempenhado pela *nova esquerda* neste processo. Nesse sentido, pensamos que é necessário refletir sobre a radicalização política das lutas sindicais no final dos anos sessenta para entender os impactos das estratégias repressivas impostas por cada um dos regimes de exceção — no Brasil (1964) e na Argentina (1966) — até à década de setenta.

Dum ponto de vista mais específico, pensamos que o advento da nova esquerda em termos regionais pode ser considerado um elemento importante para as mudanças das tradições *pecebistas* e *peronistas* nos movimentos operários de ambos os países. A fundamentação desta premissa analítica está na incorporação da nova esquerda na luta operária brasileira e argentina, na medida em que possibilita outro ritmo ao conflito fabril. Referimo-nos a uma mutação que é o produto, em grande medida, da discordância deste movimento político com relação à estrutura hierárquica na esquerda clássica e nos sindicatos tradicionais. Tal incorporação busca renovar as estratégias de ação, estabelecendo uma radicalidade na prática política do movimento operário através das organizações armadas em tempos ditatoriais.

Nestes termos, apresentamos uma reflexão comparativa que nos permita verificar o que seriam as mudanças das tradições operárias e sua extensão em tempos de ditaduras do Cone Sul. Para tanto, neste artigo nos ocupamos dos primeiros momentos dos regimes ditatoriais em uma tela onde a radicalidade da ação direta se combinou com o ativismo operário no final dos anos 1960. Tal processo atraiu sobre si uma resposta repressiva por parte dos regimes, o que impactou as tradições operárias. Pensamos que a influência exercida pelo surgimento internacional da

nova esquerda, para a busca de radicalização política da luta operária, teve importância na região, com rebatimentos distintos entre os países e às vezes com impactos pontuais no que diz respeito ao papel das oposições políticas às ditaduras daquele período.

Esperamos que esta apresentação conjunta da análise sobre a radicalização operária que enfrentou de distintas maneiras a repressão dos regimes ditatoriais nos permita estimular novas hipóteses de pesquisa sobre o movimento operário latino-americano.

Os anos sessenta e as ditaduras contra os operários no Cone Sul

A partir dos anos oitenta, com o livro de O'Donnell (1982), os estudos comparativos obtiveram uma peça explicativa dos motivos para o processo desencadeado pelos golpes de Estado na América Latina em meados dos anos sessenta¹. Especificamente, esta contribuição opera como uma definição para compreender a estratégia repressiva deslanchada pelas classes dominantes na região. Esta estratégia visou responder ao ciclo de mobilização popular que começou na fase imediatamente anterior. Alguns estudos brasileiros têm corroborado essa premissa². Enquanto isso, na Argentina, existe uma abordagem particular que analisa o problema da radicalização política na luta operária,

¹ O livro de Guillermo O'Donnell foi escrito pensando no desenvolvimento das ditaduras latino-americanas daqueles anos (Brasil em 1964, Argentina em 1966 e 1976, Chile em 1973 e Uruguai em 1973). Sua contribuição está em definir o papel da repressão ditatorial para a configuração de uma ordem conservadora. Em outras palavras, o autor observa o desenvolvimento de uma crise de dominação nesses casos, que determina uma reorganização social, política e econômica contra a classe operária. Cf. *El estado burocrático autoritario: triunfos, derrotas y crisis*, Buenos Aires, Editorial de Belgrano, 1982.

² Recentemente, a produção acadêmica brasileira está se dedicando ao papel da ditadura no que tange ao movimento sindical neste país. Embora, como certas perspectivas assinalam, os avanços nesse sentido sejam lentos, eles as fortalecem todavia. Cf. Marco Aurélio SANTANA, «Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar: o 1968 operário no Brasil» e José Ricardo RAMALHO, «Sinais de mudanças no sindicalismo brasileiro: o significado das greves de 1968 em Contagem e Osasco», in Carlos FICO, Maria Paula ARAÚJO, *1968, 40 anos depois. História e Memória*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009.

assinalando o papel da *resistência peronista* e da radicalização de sua corrente revolucionária³.

No entanto, a questão das apostas conservadoras das ditaduras latino-americanas e suas consequências repressivas parecem ser ainda contraditórias quanto às implicações exercidas sobre os movimentos sindicais brasileiros e argentinos. Neste sentido, temos o estudo comparativo de Devoto e Fausto (2008) movendo-se em uma direção que marca as consequências analíticas diferentes para as ditaduras nos dois países. Os autores assinalam desencontros na conexão com a subsequente luta da classe operária porque acreditam na ideia de que as iniciativas conservadoras obtiveram, no Brasil, resultados favoráveis para a repressão de greves em 1968; mas, na Argentina, contrariamente a estes objetivos, promoveram uma maior resistência operária, evidenciada pelo surgimento de uma central sindical combativa e uma tendência revolucionária dentro do peronismo⁴. Nessa linha de distinções, tal como assinalámos em um artigo anterior, o contexto repressivo afetou o movimento operário de ambos os países de um modo diferente, na medida em que rompeu ou fortaleceu a radicalidade operária⁵. Pensamos que esse impacto se deu na hegemonia das tradições operárias: comunista e peronista. Supomos que talvez uma

³ Há um estudo pioneiro sobre o papel desempenhado pelo movimento peronista após o golpe de 1955. Daniel James ajudou a entender como naqueles anos a resistência peronista estabeleceu um princípio de radicalismo político que fortaleceu a luta operária na Argentina. Cf., do autor, *Resistencia e integración*, Buenos Aires, Sudamericana, 1991. Além disso, é preciso mencionar também a atenção dada por Juan Alberto Domingo Bozza para compreender ao longo destes anos a estruturação política de certos setores antes do regime de Onganía. Cf. Juan Alberto Domingo BOZZA, «El peronismo revolucionario. Corrientes y experiencias de la radicalización sindical (1958-1968)», *Cuestiones de sociología*, n.º 3, 2006, e «El peronismo revolucionario. Itinerario y vertientes de la radicalización, 1959-1969», *Sociohistórica*, n.º 9/10, primer y segundo semestre, 2001, p. 135-169.

⁴ Certamente o trabalho desses autores tem um período de comparação global. No entanto, quando se estabelece a sua análise no final dos anos 1960, é categórica a consideração sobre as diferenças. Cf. Fernando J. DEVOTO e Boris FAUSTO, *Argentina-Brasil, 1850-2000: Un ensayo de historia comparada*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2008.

⁵ Há algum tempo atrás, começámos a explorar esta linha de comparação entre a situação operária de ambos os países em tempos de golpes de Estado dos anos 1960. Em uma primeira aproximação, estamos de acordo com os estudos comparativos, antes mencionados, quanto à natureza repressiva destas ditaduras e também sobre os impactos que essas imposições determinaram sobre a luta operária. Para um resumo de nossa posição inicial, cf. Paula Andrea LENGUITA e M. A. SANTANA, «Dictaduras Militares y Tradiciones Obreras en Argentina y Brasil», *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, n.º 26, 2013.

explicação para esta sobrevivência de uma radicalidade operária argentina, diferentemente da brasileira, possa ser dada por anos de proscrição dos peronistas depois de 1955 e pelas resistências que fortaleceram a dinâmica fabril ao longo de vinte anos.

Porém, ao caminharmos para além da análise geral das duas décadas de ditaduras no Cone Sul, observamos que o ritmo da intensidade na luta tem momentos peculiares. Particularmente, tal observação está na relação das mutações das tradições pecebistas e peronistas. Especificamente, neste sentido, não vemos estas discordâncias quando nos aprofundamos na fase final dos anos 1960. Assim, pensamos que os anos 1968/1970 são uma chave para a compreensão do período ditatorial, já que há um enfraquecimento, como resultado da repressão, de formas mais institucionais de confronto. Ao mesmo tempo, se manifesta um fortalecimento das formas alternativas de oposição aos regimes.

Neste artigo apresentamos elementos para uma reflexão sobre aproximações e distâncias entre os destinos pecebistas e peronistas, quanto às condições que resultaram no surgimento de uma *nova esquerda* para reconstruir um tipo particular de estratégia de oposição às ditaduras. Em outras palavras, assumimos que em ambas as orientações existem distâncias que de alguma maneira podem ser encurtadas, dependendo da angulação, quando observamos os resultados imediatos dessa repressão no final dos anos sessenta.

Neste estudo, avançamos sobre o modo como o radicalismo político mundial operou em termos locais fornecendo uma ferramenta para as orientações revolucionárias da luta dos trabalhadores. A fim de promover uma comparação sobre as alterações em tradições operárias, brasileiras e argentinas, estudamos alguns segmentos das oposições políticas às ditaduras no período 1968/1970. Avaliamos que em ambas as alternativas se foram produzindo novos caminhos para

⁶ Deve-se mencionar aqui um estudo anterior que nos guiou sobre o modo como as oposições sindicais, em ambos os países, foram adotando orientações radicais para fazer frente às ditaduras deste período. Cf. Darío DAWYD e P. A. LENGUITA, «Los setenta en Argentina: autoritarismo y sindicalismo de base», *Revista Contemporánea*, vol. 3, 2013, p. 56-75.

aprofundar o confronto com as ditaduras. Consideramos a conjuntura repressiva de radicalização política neste período para analisar possíveis mudanças nas tradições pecebistas e peronistas nos respectivos países. Como dissemos, vamos concentrar-nos no final dos anos 1960 a fim de compreender os vínculos entre a luta operária e a luta revolucionária, que ocorreram, à sua maneira, em ambos os casos. E, a partir daí, começar a entender o papel que desempenham as alterações nas tradições pecebistas e peronistas para o desenvolvimento da luta na década seguinte.

Para levar adiante tal objetivo, analisaremos certas mutações ideológicas das correntes revolucionárias do peronismo e das correntes egressas do pecebismo, enquanto recomposições de suas forças constitutivas no final dos anos 1960. Centrar-nos-emos no conjunto de disputas políticas e orientações ideológicas que organizaram as propostas de rupturas revolucionárias no interior de ambos os partidos políticos. Ademais, para observar as mutações das correntes revolucionárias do pecebismo e do peronismo, daremos atenção à sua participação em determinadas greves deste período, notadamente a dos metalúrgicos mineiros e a dos petroleiros platenses. Mesmo sabendo que são eventos de grande importância, só poderão ter aqui, no escopo deste artigo, um tratamento pontual, como índices de processos mais amplos e profundos que necessitam mais pesquisas, dados e reflexões.

Assim, a nossa análise se estabelece sobre o conjunto de orientações ideológicas que fortaleceram estas pautas contra a linha oficial dos partidos. Nestes debates, se mobilizam o que seriam os limites da luta política contra as ditaduras militares, indicando a chave para a compreensão dos processos de *radicalização sindical*. Aqui estaria o prelúdio do surgimento de organizações armadas ligadas a estas correntes. Portanto, neste artigo, iremos avançar nessa direção para entender também algumas continuidades no sentido da oposição política às ditaduras latino-americanas daqueles anos e as orientações adotadas por algumas destas correntes em relação ao caminho da luta armada para enfrentar a repressão estatal.

A Tendência Revolucionária do Peronismo na Argentina

O golpe de estado de 1966, liderado pelo general Juan Carlos Onganía até 1970⁷, produziu um radicalismo político das classes médias urbanas — sobretudo no papel do movimento estudantil nas greves operárias deste período. Em linha com o que estava acontecendo em outras partes do mundo, sob a rubrica da *nova esquerda*, com o onganismo argentino, rompeu uma radicalização sindical observável na greve dos petroleiros platenses na segunda metade de 1968. Mesmo na Argentina, esse processo de radicalização sindical foi palco de um aprofundamento ainda maior do processo da rebelião insurrecional do peronismo na década de sessenta.

Na Argentina, para entender a ligação entre o movimento da nova esquerda internacional e a prática insurrecional do peronismo sobre o movimento operário e sindical, é necessário considerar o surgimento da Tendência Revolucionária do Peronismo. O termo reúne um conjunto de experiências políticas e sindicais de sucessiva radicalização entre meados dos anos sessenta e meados dos anos setenta. Neste caso, vamos tomar a *Central Combativa*, que nasceu no início de 1968, como uma expressão clara desta emergência sindical e emergência política do *peronismo revolucionário* no final desse mesmo ano. Para entender as articulações entre o movimento sindical e a política de radicalização da tendência revolucionária do peronismo, observaremos algumas fontes da central sindical e da *Tendência* que analisam a greve dos petroleiros platenses⁸.

⁷ Juan Carlos Onganía foi um militar argentino que exerceu de fato a presidência da Argentina entre 1966 e 1970. Diante de conflitos operários, greves e revoltas populares e a ascensão da guerrilha urbana, com a sua posição interna enfraquecida, o presidente renunciou em 1970.

⁸ Esta greve está chamando a atenção de analistas acadêmicos, particularmente por sua importância no papel de divisor de águas no processo de crise do peronismo e pela sua visibilidade das tensões internas desta tradição operária. Para uma análise particular deste evento em termos das crises internas dos dirigentes sindicais peronistas, cf. Dario DAWID, *La «huelga santa» de los petroleros de Ensenada. Petróleo, peronismo y política en el 68 argentino. La clase trabajadora en la Argentina del siglo XX: experiencias de lucha y organización*, Buenos Aires, Ficarao Ceca, 2011. Em termos de sua importância no acúmulo de experiências do peronismo revolucionário, cf. Marcelo RAIMUNDO, «Un conflicto laboral durante la Revolución Argentina: la huelga de los petroleros del SUPE ensenada de fines de 1968», ponencia presentada en *II Encuentro Internacional Teoría y práctica política en América Latina. Nuevas derechas e izquierdas en el escenario regional*, Universidad Nacional de Mar del Plata, 2010.

No caso da *Central Combativa*, sua emergência em março de 1968 mostra que o Programa da CGT dos argentinos tende às linhas de continuidade com a experiência acumulada do peronismo revolucionário⁹ na relação com outras organizações, como o Movimento Revolucionário Peronista (MRP), partícipes do movimento das ocupações de fábricas de 1964¹⁰. Em ambos, encontramos um forte desafio ao sindicato e às hierarquias políticas dentro do peronismo, e portanto uma caracterização própria como oposição interna frente à ala conservadora, chamando-as: «minorias entregadoras e líderes corruptos». A novidade deste período está na caracterização de quem é representado, evidenciando uma nova etapa de orientação insurrecional e de luta armada¹¹, quando se afirma:

[...] comprendemos que por exigir la libertad, la justicia y el respeto a la voluntad soberana de los argentinos, nos inventarán todos los rótulos, incluso el de subversivo, y pretenden asociarnos con conspiraciones secretas que ya han rechazado¹².

⁹ Há pelo menos dois tratamentos que fazem esta linha de continuidade entre o centro combativo e passado do peronismo revolucionário: por um lado, J. A. D. BOZZA, «La voluntad organizada», *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, 2009 ; e, por outro, M. RAIMUNDO, «Compañero y los orígenes del Peronismo Revolucionario», *Sociohistórica*, 2000, p. 203-226. Devem-se indicar os tratamentos recentes que colocam a discussão interna da expressão das tensões ideológicas do peronismo dos anos sessenta: Luciana SOTELO, «El mundo sindical entre la acción gremial y la acción política. Continuidades y rupturas de la CGT de los Argentinos respecto de las experiencias anteriores», *PolHis*, n° 10, 2012. Para um panorama geral da experiência na luta combativa do cegetismo, cf. D. DAWYD, «Sindicatos y política en la Argentina del Cordobazo», in *El peronismo entre la CGT de los argentinos y la reorganización sindical (1968-1970)*, Buenos Aires, Pueblo Heredero, 2011.

¹⁰ Para uma análise detalhada do peronismo revolucionário nos últimos anos e seu papel no surgimento e desenvolvimento do centro de combate, cf. Eduardo GURUCHARRI, *Un militar entre obreros y guerrilleros*, Buenos Aires, Ediciones Colihue, 2001.

¹¹ Para um avanço significativo nesta linha de tratamento sobre as continuidades do peronismo revolucionário dentro dos desenvolvimentos peronistas organizações armadas, cf. M. RAIMUNDO, «Los peronistas y las armas entre 1955 y 1966», *Revista Digital Estudios Históricos*, n° 9, 2012, p. 12-26. Cf. do mesmo autor um tratamento que analisa em detalhes as origens da primeira organização armada dentro do peronismo: M. RAIMUNDO, «Izquierda peronista, clase obrera y violencia armada: una experiencia alternativa», *Sociohistórica*, n° 15/16, primer y segundo semestre, 2004, p. 99-128.

¹² Programa CTG dos Argentinos, maio 1968.

Com essas posições se estabelecem os desafios da radicalidade sindical¹³, sua articulação com setores políticos de dentro e fora do peronismo, a respeito da orientação da luta operária na greve de petroleiros platenses¹⁴. Em outubro, a partir de uma análise dos acontecimentos da greve dos petroleiros, mais uma vez, insistem no caráter de nacionalização do conflito, pedindo um mecanismo para integrar a luta dos trabalhadores dentro e fora das fábricas.

Los siete mil petroleros que abandonaron el trabajo esta mañana representan la perjudicada dignidad nacional, tienen intacto el espíritu de la lucha, la resistencia a la invasión extranjera. [...] La extensión del desempleo en las áreas de la producción, en particular en las otras destilerías, es la única cosa que puede garantizar el éxito total de la huelga de Ensenada¹⁵.

A tendência revolucionária do peronismo estabelece uma análise crítica sobre o comportamento da *Central Combativa*. No desenvolvimento da greve dos petroleiros, a referida tendência revolucionária considera um tempo de «colapso da burocracia sindical», mostrando, na própria emergência da central, uma alternativa rebelde do sindicalismo argentino. Além disso, há a consternação que Juan Carlos Onganía suscitou diante da envergadura do conflito, sabendo-se que foram 7000 os petroleiros em luta num momento de crescente radicalismo. Mas, fundamentalmente, os sinais da greve dos petroleiros estão associados aos diversos setores que compõem o espectro político da tendência revolucionária, com sua necessidade de articulação orgânica e seus recursos para a configuração de uma «vanguarda revolucionária», dando-lhe uma função específica nesta estrutura.

Desde este punto de vista cualquier defensa del movimiento sindical hoy se torna automáticamente una cuestión política, y por lo tanto irá a crear una consciencia no sólo anti-patronal sino contraria al sistema y el gobierno que la defiende. Pero esto, a su

¹³ J. A. D. BOZZA, «El peronismo revolucionario...», art. cit.

¹⁴ L. SOTELO, «El mundo sindical...», art. cit.

¹⁵ Semanário CTG dos Argentinos, outubro 1968.

vez, está demonstrando que la solución a la confrontación entre la clase obrera contra los patrones y el sistema debe incluir no sólo la lucha sindical a través del sindicato, al mismo tiempo, conscientemente abordar la cuestión de la toma del poder; por lo cual el sindicato aislado de una vanguardia revolucionaria es impotente como estructura y la política sindical como método meramente ineficiente¹⁶.

Os desafios para a luta da *Central Combativa* são constantes. Para a imprensa de tendência revolucionária do partido, tal crítica é dirigida às inconsistências e ambiguidades de algumas de suas práticas. Apesar disto, no fundo, os questionamentos são sobre os problemas da estrutura interna, ou melhor, sobre a falta de estruturação interna. Como sabemos, todas as questões serão vitais para as rachaduras que vão sofrer as ditas correntes no início da década seguinte.

Em nossa opinião, os desequilíbrios organizativos que a Central Combativa mostra desde o início foram produto das articulações políticas dentro desta tendência revolucionária do partido. Portanto, esta é uma das chaves para a compreensão das mudanças na tradição peronista neste período. Concretamente, ela permitiu reforçar a oposição política contra a ditadura, dentro e fora do peronismo. E também esclareceu os debates insurreccionais sobre a dinâmica da violência política, até o surgimento de grupos armados próprios¹⁷.

¹⁶ *Con Todo*, n° 2, p. 4.

¹⁷ Há vários trabalhos que abordem especificamente os fenômenos das Forças Armadas peronistas. De um ponto de vista documental, cf. Eduardo L. DUHALDE e Eduardo M. PÉREZ, *De Taco Ralo a la Alternativa Independiente: Historia documental de las Fuerzas Armadas Peronistas y del Peronismo de Base*, vol. I, La Plata, De la Campana, 2002. E do ponto de vista da memória militante, Cecilia LUVECCE, *Las Fuerzas Armadas Peronistas y el Peronismo de Base*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1993. Citem-se ainda os seguintes estudos atuais: Paula SOMBRA, « Écrire à partir de la parole ou l'appréhension des souvenirs : une réélaboration au présent du passé récent en Argentine », *Conserveries mémorielles. Revue transdisciplinaire de jeunes chercheurs*, n° 9, 2011; Mariela STAVALE, *Las Fuerzas Armadas Peronistas y su experiencia alternativa [1964-1979]*, Tesis Doctoral, Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2012, e P. SOMBRA, « Un parcours collectif autour du militantisme politique en Argentine : De la mémoire des "combattants révolutionnaires" aux discours sur la victimisation », *Conserveries mémorielles. Revue transdisciplinaire de jeunes chercheurs*, n° 15, 2014.

A Corrente Revolucionária Comunista no Brasil

A chegada do ano de 1968 trouxe momentos marcantes para o movimento sindical brasileiro, porque a ascensão econômica do «milagre brasileiro» não alcançou a classe operária, que ainda continua a sofrer os efeitos do arrocho salarial⁸. Por isso, o ano de 1968 encontrou o meio operário em franca recomposição para tentar novas formas de ação.

No dia 16 de abril desse ano, em um contexto de muitas demissões, falências de empresas e atrasos no pagamento dos salários, os operários da siderúrgica «Belgo Mineira», situada em Contagem, Minas Gerais, paralizaram suas atividades e concentraram-se na sede de seu sindicato. A greve, que reivindicou um reajuste salarial acima do limite máximo de 17% imposto pela ditadura, não foi apoiada pelo sindicato.

As forças que acompanharam a tomada da fábrica expressaram a emergência das articulações do que seria uma *nova esquerda*, contestária à prática sindical e partidos operários tradicionais. Especificamente, entre as correntes revolucionárias que participaram da greve (Ação Popular e Comando de Libertação Nacional), vamos considerar apenas o caso da Corrente Revolucionária, como descolamento surgido dentro do pecebismo e que, posteriormente, marca uma ruptura com ele.

A Corrente Revolucionária era uma tendência surgida no interior do Partido Comunista Brasileiro na crítica às posturas do comitê central frente à ditadura. Em termos gerais, a Corrente agregava, em sua origem, vários nomes importantes do partido, que depois sairiam para organizações diferentes. Aquando da realização do VI congresso do PCB (1967), o comitê central, visando derrotar as posições revolucionárias, tomou medidas limitantes à participação destes setores de oposição. Alguns foram expulsos, outros se afastaram do partido. Com isso, o PCB viu

⁸ Este período caracteriza-se como os «anos de chumbo». Um período de contínua repressão da ditadura militar no Brasil. A etapa abarca o final de 1968 (com o lançamento do AI-5, em 13 de Dezembro desse ano) até o final do governo do general Emilio Medici, em março de 1974. Ele também se caracteriza como os anos do chamado «milagre econômico brasileiro», porque foi um período de forte crescimento econômico com o aumento do endividamento e da concentração de renda.

diversos grupos, que contestavam suas orientações «reformistas» e «pacifistas», surgirem no cenário de esquerda compondo uma constelação com vários outros não egressos de suas fileiras¹⁹.

Em Belo Horizonte, o comitê municipal do partido, já constituído como Dissidência MG, crítico em relação à Direção e identificado em termos gerais com a Corrente Revolucionária, funda a Corrente Revolucionária de Minas Gerais²⁰. Durante algum tempo, a Corrente, apesar de seu eixo pela luta armada, mantém a orientação pecebista quanto às vinculações com o movimento de massa. Daí sua entrada e participação no movimento operário e sindical. Com o avançar da conjuntura e o aumento da escalada repressiva, a organização afasta-se das possibilidades de aproximação com os trabalhadores.

Os vínculos da Corrente com o movimento operário tiveram nas mobilizações de Contagem ponto de relevo. Na fábrica de Contagem, a chapa identificada com esses setores ganhou as eleições sindicais em meados de 1967. Mas, alguns nomes, entre eles o cabeça de chapa Enio Seabra (presidente da entidade, cassado em 1964), foram vetados pelo Ministério do Trabalho. Ainda assim, as organizações citadas continuaram influenciando as atividades do sindicato e começaram a desenvolver intenso trabalho de agitação nas fábricas. Sempre que puderam, utilizaram a estrutura do órgão nessa tarefa, sem que ficasse muito aparente, camuflando deliberadamente a participação do sindicato nas ações. A inviabilidade de militantes assumirem a direção sindical por conta das medidas repressivas acaba por abrir espaço à Corrente na direção da entidade.

¹⁹ Para um aprofundamento do sentido que os «rachas» do Partido Comunista Brasileiro assumiram, na segunda metade dos anos 1960, pode ser analisada a experiência de greves em Contagem, assim como a paulista de Osasco. Há várias interpretações acerca do tema. Entre elas, temos aqui que pensar o papel das mudanças nas tradições de pecebismo sobre a lógica geral da luta dos trabalhadores nestes anos. Para tanto, cf. M. A. SANTANA, «Sinais de mudanças... », art. cit.

²⁰ Para maiores detalhes sobre a trajetória da «Corrente», cf., entre outros, Thiago VITRAL, *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil militar em minas gerais (1967-1969)*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH-UFMG, 2013.

Em termos de condições materiais, o movimento encontrava um campo extremadamente fértil. Segundo Conceição Imaculada, militante da Corrente e diretora do sindicato na época²¹:

Por que essa greve? Naquele momento tinha um arrocho salarial muito grande, e também estava começando [...] uma transição. Foi naquele momento que se estava começando a criar as linhas de produção no Brasil, pelo menos aqui em Belo Horizonte ainda não tinha [...] tínhamos também o problema da perda de estabilidade, que foi quando surgiu o Fundo de Garantia (por Tempo de Serviço), então isso estava em efervescência; o pessoal falava em opção. Existiu todo um movimento porque as pessoas não queriam perder nem a estabilidade nem o emprego.²²

O trabalho da oposição sindical foi sentido ao longo de todo o período, após o golpe de 1964. Ela vai combater o interventor e avançar no trabalho de organização dentro da fábrica. Por sua vez, a Corrente e as outras forças de esquerda, dado o equilíbrio entre elas, assumiram postura unitária. Por isso, a partir de novembro de 1967, essas estruturas vão articular seu trabalho sindical dentro das fábricas nas comissões de fábricas (chamadas «comissões dos cinco»). A dinâmica da conjuntura e desses grupos revolucionários acabou precipitando o movimento de greve em abril, isto quando a organização da greve estava pensada para outubro na época da campanha salarial.

Os impactos da greve e dos destinos de suas lideranças sobre o movimento de Contagem seriam bastante grandes. Mesmo tendo mantido núcleos dentro das empresas, a articulação da oposição seria dificultada pelo fato da atenção jogada cada vez mais para o interior da organização guerrilheira a que os militantes

²¹ Existem estudos recentes que tratam dessa memória ativista, a partir de uma perspectiva de gênero. Cf. Carolina DELLAMORE, «Resistência operária e ditadura militar – a atuação dos metalúrgicos na Cidade Industrial de Contagem/MG», in *XI Encontro regional Sudeste de História Oral*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 8 a 10 de julho de 2015.

²² Entrevista a Edileuza Lima, em 21 outubro de 2006, citado por M. A. SANTANA, «Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar...», art. cit., p. 159.

pertenciam, o que também faz com que muitos mudem de cidade e/ou sejam presos por conta de ações do grupo. Este tipo de impacto repressivo se verá no segundo movimento de Contagem, deflagrado em outubro de 1968, tendo como base os grupos de esquerda dentro das empresas. Em uma escalada repressiva da ditadura já em marcha, a segunda greve de Contagem sofreu dura repressão e resultou na intervenção no sindicato, encerrando o que seria o 1968 operário.

De todo modo, as ações operárias em 1968 marcaram de forma indelével a história do movimento sindical no país. Nelas deve-se ressaltar a articulação entre ação «por dentro» e «por fora» da estrutura sindical, bem como entre organismos de «cúpula» e de «base», que recuperava parte rica do acervo sindical progressista de nossa história, preparando o terreno para experiências futuras.

Neste sentido, a memória dos militantes e lideranças da greve é importante porque indica as tensões entre a direção e a base dentro e para além do pecebismo, que, inclusive, o transcenderam, produzindo novas organizações que seriam o princípio da busca de um novo tempo no movimento operário e sindical brasileiro frente à ditadura.

Outro aspecto importante é a definição da direção do partido comunista por outros tipos de alianças. Porque, nesse momento, a linha da esquerda armada já estava em franco desenvolvimento, mas a direção do pecebismo se associando às forças que, segundo ele, não se identificavam como aquele «aventureirismo pequeno-burguês» armado e distanciado das massas. Neste quadro, a direção do partido fugia do «aventureirismo» dos setores revolucionários, aprofundando sua identificação, embora de forma crítica, com os sindicalistas conservadores²³.

²³ Para uma visão geral do comportamento oficial do pecebismo e rupturas organizativas durante estes anos de radicalização política, cf. M. A. SANTANA, «Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n° 41, 1999, p. 103-120.

Peronismo e Pecebismo: tentativas de mudanças revolucionárias nos meios operários

De acordo com a análise, a comparação das semelhanças nas duas trajetórias políticas revolucionárias — do pecebismo e do peronismo — pode ser estudada a partir das greves deste período, porque a articulação deriva da emergência de organizações armadas como expressão anti-ditatorial depois do declínio das ditas greves.

Portanto, além da diferença geral entre as duas tradições, a situação no período 1968/1970 é semelhante no que diz respeito ao processo de radicalização de ambas as experiências políticas destas tradições ou delas egressas. Ambas as experiências assistem ao surgimento de correntes revolucionárias, talvez ao calor do advento da «nova esquerda» no continente, denunciando os limites institucionais através da luta das ocupações de fábricas (no caso dos metalúrgicos brasileiros e dos petroleiros argentinos). Neste sentido, as mudanças permitem obter orientação sobre formas alternativas de enfrentamento, vinculado de um modo diferente ao papel da luta armada.

No Brasil, a influência da radicalização política faz sentido em duas das principais greves metalúrgicas de 1968. Sem esquecermos, é claro, a própria fermentação nos meios operários, para além da ação dos grupos de esquerda. Com a saída repressiva do Ato Institucional nº 5 fecha-se um ciclo do confronto operário, jogado mais uma vez ao trabalho cotidiano fugidivo, evitando os tentáculos repressivos.

Na Argentina, há uma influência perceptível dos princípios da radicalização política da «nova esquerda» internacional sobre as alterações dos parâmetros de representação tradicional de classe, seus partidos e sindicatos. Essa influência está ligada a uma realidade específica: referimo-nos ao papel do peronismo revolucionário na luta dos trabalhadores até ao golpe de 1966. E, além disso, nos referimos ao papel que a dinâmica política dessa violência antiditatorial adquirirá na primeira metade da década seguinte, até o golpe de 1976 que vai aniquilar uma

geração de ativistas e militantes de um modo brutal e sanguinário. Portanto, a tendência revolucionária do peronismo, no final dos anos sessenta, desempenhou um papel substancial em expor fraquezas institucionais na luta das greves que se tinham realizado até então. Nesse sentido, a corrente radical vai assumir essa posição a partir do surgimento de organizações armadas – fato fundamental para a compreensão do curso da violência política no país como resposta ao regime ditatorial.

Além disso, estas orientações são o produto de uma onda de radicalismo político na região, que se tornou no início de uma guerra insurgente popular em alguns países. E, finalmente, estes conjuntos de elementos explicativos podem levar a considerar a reestruturação da luta dos trabalhadores em uma chave estruturalmente nova para as revoltas e ocupações de fábricas.

Portanto, os resultados destas alternativas são vitais para o que vai acontecer na primeira metade da década seguinte no Brasil e na Argentina, onde as experiências comparativas mostram toda a sua discrepância. Deste modo, observamos algumas características destas mudanças nas tendências do pecebismo e peronismo para compreender a emergência de suas tendências revolucionárias no período 1968/1970. Entretanto, é necessário aprofundar estes deslizamentos e mudanças nos conceitos e metodologias de ação direta para entender o surgimento de orientações armadas frente aos regimes ditatoriais da região, no final dos anos 1960.

Considerações finais

Neste artigo refletimos sobre as alterações nas tradições pecebistas e peronistas que ocorreram entre 1968 e 1970 porque este foi um tempo em que a «nova esquerda» influenciou a orientação da oposição política às ditaduras latino-americanas, especialmente no caso do Brasil e da Argentina. Como discutimos neste artigo, tal influência internacional radicalizou a prática política dos operários, chegando mesmo a afetar os métodos de confronto observados na luta grevista dos metalúrgicos mineiros no Brasil e dos petroleiros platenses na Argentina. Essa

radicalização sindical alterou os princípios orientadores da luta dos operários, com o abandono de certas estratégias sindicais para orientar outras ligadas à luta armada. Apesar disto, precisamos de deixar claro que as duas experiências foram importantes, mas, dadas as orientações, contextos e repressão, não foram pontos de mudanças duradouras nas tradições pecebistas. No caso brasileiro, tais mutações só permanecem como pontos luminosos naquele período.

Ao longo destas linhas, tentámos entender como a radicalização operária do final dos anos 1960 sofreu uma orientação inversa na década seguinte, adotando outros formatos na experiência operária de cada um dos países. A sobrevivência da radicalização sindical no caso argentino pode estar relacionada com a década de confrontação da resistência peronista porque foi sua proscricção que fortaleceu a luta nas fábricas nos anos sessenta. Na experiência brasileira, a força da tradição pecebista foi mais forte. Na continuidade do processo, muitos militantes acabaram voltando e/ou se integrando no partido após a derrota da luta armada.

Dum ponto de vista comparativo, a situação de divergência da primeira metade dos anos 1970 não desacredita as similitudes que consideramos aqui no período 1968/1970 no que toca às mudanças nas tradições do pecebismo e do peronismo e, particularmente, no que diz respeito à emergência das tendências revolucionárias de ambos os partidos nos anos finais de 1960. Concretamente, nossa intenção aqui foi mostrar que o período 1968/1970 pode ser uma chave para a compreensão do tempo ditatorial, porque há ali um certo enfraquecimento das vias institucionais de confronto como resultado da repressão. E, ademais, nesse período se manifesta um fortalecimento das formas alternativas de oposição aos regimes. Nas duas décadas ditatoriais, ambas as orientações mostram distâncias, mas elas são encurtadas quando observamos os resultados imediatos dessa repressão no final dos anos 1960.

Nesta análise, abordámos especificamente o surgimento da «nova esquerda» que resultou em mudanças nas tradições pecebistas e peronistas, nos movimentos trabalhistas no Brasil e na Argentina. Em nossa visão, esta evolução deveu-se, de certa forma, à incorporação e à luta dos trabalhadores latino-americanos, as quais

foram fundamentais para mudar o ritmo e a intensidade dos conflitos de trabalho, em especial nos dois países estudados. Assim, a diferença no desenvolvimento das duas tradições, em todo o período da ditadura, tem de ser revista para o período 1968/1970. Nesse sentido, a influência da «nova esquerda» determinou, não como causa única mas importante, o surgimento de orientações revolucionárias dentro destes partidos, as quais levaram ao questionamento das suas lideranças oficiais. Essas diretrizes deram lugar à crítica tanto do sindicato quanto do partido.

Cabe apontar que o que seria a «via revolucionária» não esteve ausente da trajetória destas tradições. Os pecebistas, de alguma maneira, em diferentes conjunturas, em sua linha política e congressos tinham disposto a possibilidade deste caminho, além de o terem defendido abertamente como prática entre 1948-1954. Os peronistas nunca o assumiram explicitamente antes dos anos 1960. Alguns setores do peronismo revolucionário utilizavam a «violência política», como diziam, contra a proscrição do peronismo. Em meados de 1966 aparece a primeira denominação *Fuerzas Armadas Peronistas*²⁴, que todavia só atuam deste modo, em Tucumán, em fins de 1968²⁵.

Pensamos que é necessário ainda aprofundar as análises sobre o final dos anos 1960, a fim de compreender os vínculos entre a luta operária e a luta revolucionária que ocorreram em ambos os casos. Começaremos então a entender o papel que desempenharam as alterações das tradições pecebistas e peronistas no desenvolvimento das lutas operárias em determinados contextos.

Na verdade, estas conclusões preliminares devem ser reforçadas por uma análise mais aprofundada dos documentos aqui apresentados, tanto em termos de testemunhos de militantes envolvidos como de documentos políticos produzidos

²⁴ Referimo-nos aqui ao nome original da sigla. Chamada por alguns autores como «proto FAP», teve origem no oeste de Buenos Aires, liderada por Jorge Rulli. Cf. L. DUHALDE e E. M. PÉREZ,, *op. cit.*, p. 53.

²⁵ Na verdade, o aparecimento da linha «rural» desta organização armada «falhou» a sua apresentação. No entanto, em reconhecimento da sua ação, quando os membros desta foram detidos pela polícia na localidade de Taco Rallo, sua incidência foi fundamental para o surgimento de outras experiências tanto dentro como fora do peronismo.

para dar conta dos deslizamentos nas posições revolucionárias da Corrente Revolucionária, no Brasil, e da Tendência Revolucionária, na Argentina.

Em síntese, como assinalámos em outro momento deste ensaio, torna-se cada vez mais necessário estudar os aspectos ideológicos e programáticos destas tendências e correntes revolucionárias dos partidos estudados ou deles egressas, abrindo assim novos flancos de entendimento das dinâmicas do movimento operário, bem como das orientações e ações dos grupamentos de esquerda em períodos de regimes ditatoriais.